



Discurso e Sociabilidade

Adriano Duarte Rodrigues
Universidade Nova de Lisboa

1. Introdução

«Naquilo que tem de universal, a identidade pessoal de um indivíduo ou de um povo é antes de mais uma identidade gramatical. Quem tiver o espírito formado para fazer as distinções de pessoas, de tempos, de modos, de vozes está por esse mesmo facto em condições de comunicar com outros num meio que ultrapassa em muito o contexto singular da sua cultura e da sua língua. Este meio gramatical é o solo de toda a identidade pessoal susceptível de se orientar num espaço ético de reconhecimento. É de tal modo essencial à nossa condição, está-nos a tal ponto enraizado, que se confunde com a arquitectura do próprio mundo em que vivemos.» - Jean-Marc Ferry, *Les Puissances de l'Expérience*, vol. 1. *Le Sujet et le Verbe*, Paris, ed. du Cerf, 1991, p. 9.

5

1.1. A linguisticidade da experiência e a natureza social do discurso

No *Ensaio sobre a Dádiva*, Marcel Mauss sublinhava a natureza fundadora da sociabilidade de uma instituição a que deu o nome elucidativo de fenómeno social total.¹ A descoberta de Mauss foi feita na sequência de estudos de vários antropólogos sobre um costume bastante generalizado entre os povos indígenas das ilhas Trobriand, das ilhas da Polinésia, da costa leste dos Estados Unidos da América e do Canadá. Nestas comunidades, existe o costume de trocar presentes entre tribos, clãs e famílias, por ocasião de certas festas e de acontecimentos solenes. Mauss deu a este costume o nome de *pottatch*, nome com que os próprios indígenas das Ilhas Trobriand designam esta prática.

O *potlatch* representa uma espécie de contrato entre os participantes que os obriga a dar, a receber e a retribuir dádivas, dando origem a um processo interminável de circulação de bens entre comunidades aliadas. E, no entanto, cada um dos actos desta circulação dos bens é vivido de maneira gratuita, livremente consentida. As sociedades em que o *potlatch* ocupa um lugar central na sua vida social mostram como os vínculos sociais se baseiam nesta lógica ambivalente do funcionamento das trocas generalizadas.

6 O que é notável neste hábito generalizado de troca de presentes é o facto de se tratar de uma prática que obedece a uma lógica aparentemente contraditória, a de se tratar de uma prática, ao mesmo tempo, obrigatória e gratuita. Aquele a quem é dado um presente, além de ser obrigado a aceitá-lo, sob pena de provocar uma ofensa que pode inclusivamente desencadear a guerra, fica por esse mesmo facto obrigado a retribuí-lo generosamente, numa outra ocasião. E, no entanto, em cada momento deste processo, cada um dos protagonistas submete-se livremente a esta obrigação, simulando de maneira por vezes ostensiva a natureza gratuita desta prática. Deste modo, o *potlatch* cria uma cadeia interminável de trocas recíprocas e de vínculos, em que cada tribo, sendo simultaneamente credora em relação a determinadas tribos e devedora em relação a outras, nunca é ao mesmo tempo credora e devedora em relação às mesmas tribos. As alianças fundamentam-se, por conseguinte, no reconhecimento recíproco ou mútuo 1) do duplo estatuto de destinador e de destinatário da circulação dos bens; 2) da transitividade do lugar ocupado por cada tribo nesse circuito; 3) da capacidade de interacção de cada um dos parceiros de troca. É por isso que a recusa de dar, de receber e de retribuir é encarada como uma recusa de estabelecer vínculos de aliança e, por conseguinte, sendo uma declaração de inimizade, equivale a uma declaração de guerra.

O *potlatch* é a instituição social por excelência da sociabilidade, na medida em que garante a produção dos vínculos de aliança, tanto entre as diferentes comunidades como entre os diferentes segmentos que a constituem. Não é aliás por acaso que uma das ocasiões privilegiadas para a troca de presentes nestas sociedades exogâmicas é a dos casamentos, a instituição fundadora por excelência das relações criadas por aliança entre as diferentes comunidades.

Comecei por recordar a instituição do *potlatch* neste texto dedicado à relação entre o discurso e a sociabilidade, porque pretendo mostrar que é a lógica desta instituição que encontramos também na práti-

ca discursiva, na circulação das palavras no seio da comunidade. Procurarei assim mostrar que, no fundo, as sociedades em que o *potlatch* ocupa um lugar fundamental na organização das relações sociais não fazem mais do que reproduzir, através do processo de circulação dos bens, a mesma lógica que regula a circulação das palavras.

De facto, tal como no *potlatch*, também na troca de palavras encontramos a mesma ambivalência entre a obrigação e a liberdade de falar ou de calar, estabelecendo-se uma espécie de contrato implícito que vincula os interlocutores uns para com os outros. Não é aliás por acaso que recusar dirigir a palavra ou responder a alguém é uma das ofensas mais temíveis, análoga à recusa de receber e de retribuir as dádivas do *potlatch*. Tal como na recusa de receber os presentes oferecidos ou de retribuir os presentes recebidos, também a recusa de falar ou de responder a alguém equivale a um autêntico assassinato social, por equivaler ao não reconhecimento do outro da qualidade de aliado nas relações de interacção social.

Como no *potlatch*, também a circulação dos discursos funda a sociabilidade. Na troca de palavras, os interlocutores estabelecem uma espécie de relação contratual que os obriga a encadear enunciados que vão num determinado sentido aceite tacitamente pelos interlocutores. E, no entanto, o locutor vive este imperativo como se fosse livre de escolher os enunciados que dirige ao seu interlocutor. Uma das consequências desta ambivalência é o facto de ninguém se sentir dono da linguagem, de todos serem obrigados a respeitar as suas regras, apesar de todos intervirem activa e livremente na sua elaboração. 7

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, o discurso não é apenas a expressão de pensamentos ou de sentimentos nem a afirmação de determinados estados de coisas. É a realização de determinados actos. Não dizemos que fazemos perguntas, pedidos, damos ordens, pedimos desculpa, saudamos, felicitamos, condenamos? Cada um dos enunciados que endereçamos aos nossos interlocutores é uma acção transformadora do mundo, produz determinados efeitos. Como teremos ocasião de ver, também o encadeamento dos actos de linguagem se realiza de acordo com regras idênticas às que regem a circulação dos bens do *potlatch*.

Mas, antes de abordarmos as regras do discurso e de vermos como os enunciados que trocamos com os nossos interlocutores fundamentam a sociabilidade, convém aclarar alguns conceitos que nos vão acompanhar ao longo deste nosso estudo.

1.2. Alguns conceitos fundamentais

1.2.1. Frase, proposição e enunciado

A unidade do discurso é o enunciado. Vejamos por isso em que consiste o enunciado, distinguindo-o de dois outros termos com que por vezes é confundido: a frase e a proposição.

Uma *frase* é uma unidade *gramatical* que comporta necessariamente duas entidades: um sujeito e um predicado. O sujeito é constituído por um sintagma nominal e o predicado é constituído por um sintagma verbal, e podem ser simples ou compostos. Um exemplo de frase simples: «A Terra é redonda». Exemplo de frase complexa: «O filme que fui ver ontem à noite é bonito, mas violento.» A frase é portanto susceptível de ser analisada em componentes, apresentando-se sob a forma de uma árvore.

8 A frase, apesar de ser uma unidade inseparável, é portanto constituída por duas componentes, por um sintagma nominal, com a função de sujeito, e por um sintagma verbal, com a função de predicado. O valor da frase é determinado pela sua conformidade às regras gramaticais. Dizemos que uma frase é conforme ou bem formada se estiver construída de acordo com as regras gramaticais da língua; caso contrário dizemos que não é bem formada. Exemplo de frase bem formada: «Brasília é a capital do Brasil.» Exemplo de frase mal formada: «Brasil é a do capital.» A frase é portanto objecto do estudo gramatical da linguagem e não de estudo do discurso. O estudo gramatical destina-se a averiguar para uma determinada língua quais as frases bem formadas de acordo com as regras gramaticais dessa língua.

Uma *proposição* é uma unidade *lógica*. Consiste numa asserção; positiva ou negativa, acerca de um determinado estado de coisas, e é avaliada pelas suas condições de verdade. O valor de uma proposição é, por conseguinte, a sua vericondicionalidade. A proposição é verdadeira se respeitar as regras de vericondicionalidade; caso contrário é falsa. As regras de vericondicionalidade estabelecem as condições que a proposição deverá respeitar para ser adequada ao estado de coisas a que se refere. A proposição é portanto objecto de estudo da lógica e não do discurso. O objectivo do estudo lógico das proposições é averiguar quais as proposições que são verdadeiras e quais as que são falsas, tendo em conta as regras de vericondicionalidade que a lógica determina. Assim, por exemplo, a proposição: «As paredes do meu quarto são brancas» será verdadeira no caso de se averiguar que as paredes do meu quarto são efectivamente brancas, caso contrário será falsa.

Como dissémos, a unidade do discurso não é a frase nem a proposição, mas o *enunciado*. Um enunciado consiste no produto ou no efeito de uma enunciação. O valor de uma enunciação é a satisfação das condições de sucesso ou de produção do sentido do acto que produz. É o sentido da enunciação que confere um determinado valor ao enunciado que realiza ou produz. Assim, por exemplo, «Prometo dar-te um presente no dia dos teus anos» é um enunciado bem sucedido se satisfizer as condições para a realização da promessa feita pelo locutor ao seu alocutário.

Vemos assim que frase, proposição e enunciado são realidades distintas, porque obedecem a regras diferentes e têm valores também diferentes. Estamos assim em condições de proceder à delimitação do objecto dos estudos do discurso e de desmascarar algumas confusões frequentes neste domínio de estudo. Muitos estudos que pretendem estudar o discurso confundem este estudo com a análise gramatical da conformidade das frases e com a análise lógica da adequação das proposições. É o caso dos estudos *ideológicos* do conteúdo proposicional, que se preocupam com a verdade ou falsidade das proposições emitidas pelos locutores de uma determinada comunidade ou dos estudos *literários*, que procuram averiguar a conformidade às regras sintácticas da gramática da língua das frases emitidas pelos locutores de uma determinada comunidade ou dos textos de determinado autor.

Aliás, nem sempre enunciamos frases ou proposições. «Ai!», «Alô!», «Está lá?» são enunciados, embora não sejam propriamente frases nem proposições. Podemos inclusivamente dizer, em rigor de termos, que enunciamos silêncios, se esses silêncios tiverem sentido, embora um silêncio não comporte nenhuma unidade verbal susceptível de ser apreciada do ponto de vista gramatical nem do ponto de vista da vericondicionalidade.

2. Categorias de análise do discurso

Nesta segunda parte, tentaremos mostrar que a lógica que preside à interacção social é a mesma que regula as diferentes componentes discursivas, quer as consideremos do ponto de vista enunciativo e accional, quer as encaremos do ponto de vista dos processos ninferenciais.

2.1. Abordagem dos quadros enunciativos²

2.1.2. Enunciado vs. enunciação

Não podemos prescindir, nos estudos sobre o discurso, da relação do enunciado com a enunciação que o produz.

Uma enunciação é um acontecimento que ocorre sempre que um locutor produz um enunciado e tem a característica de se manifestar através da percepção, por parte do alocutário, da ocorrência da produção de sentido. A enunciação é portanto visível no conjunto das determinações que enquadram o enunciado produzido, a partir das quais os interlocutores inferem o seu sentido. Tomemos o seguinte exemplo: «Amanhã vou à praia». Para que eu possa atribuir sentido a este enunciado, não basta compreender a significação da frase nem a veracidade do seu conteúdo proposicional; tenho de ser capaz de identificar quem o enunciou, quando o enunciou, porque razão o enunciou, porque razão o dirigiu a mim, neste lugar e neste momento. Se não for capaz de responder a estas questões, estarei diante de uma frase a que sei certamente atribuir uma significação, uma vez que se trata de uma frase bem formada do ponto de vista da gramática da língua portuguesa, mas o seu sentido permanecerá enigmático. Não saberei, entre outras coisas, quem vai à praia, quando vai à praia, se se trata de um convite que o locutor me dirige para ir com ele à praia ou se se trata de uma informação que o locutor me dirige acerca das actividades que pretende realizar no dia seguinte.

A estas determinações, que delimitam o quadro do sentido de um enunciado, damos o nome de instâncias da enunciação³. São elas que delimitam as fronteiras de um espaço dentro do qual um enunciado tem sentido e fora do qual não tem sentido ou tem um sentido enigmático. Assim, por exemplo, o enunciado «Gosto muito de morangos», como resposta à pergunta: «Quantos anos tens?» não tem, a um primeiro nível de interpretação, embora saiba perfeitamente bem o que a referida frase significa. Disse “a um primeiro nível de interpretação”, porque poderá ter eventualmente ou o sentido de uma recusa de responder à referida pergunta ou o sentido de o locutor não ter ouvido percebido a pergunta.

Embora as instâncias que delimitam o quadro do sentido de um enunciado se manifestem obviamente no momento em que o enunciado é produzido, podem ser explicitadas ou referenciadas através do emprego por parte do locutor de determinadas expressões verbais que desempenham a função de marcas da enunciação. Assim, por exemplo, se, em resposta à minha pergunta «Quando é que chega o João?», o Paulo me disser, em Lisboa, hoje, às 9 horas da manhã do dia 6 de Dezembro de 1998: «O João chega daqui a uma hora», não preciso que ele me diga: «Eu, Paulo, às 9 horas da manhã do dia 6 de Dezembro de 1998 digo-te que o João chega aqui a Lisboa daqui a uma

hora.» O conjunto das referências identificadoras do locutor, do lugar e do momento em que fala são perfeitamente redundantes em relação àquilo que já é obviamente manifesto aos interlocutores, no momento em que o Paulo diz simplesmente: «o João chega daqui a uma hora.»

Acontece que, em certas circunstâncias, como por exemplo num discurso epistolar ou numa conversa telefónica, o locutor tem que explicitar determinadas referências identificadoras das instâncias da enunciação, uma vez que essas referências, pelo facto de se tratar de relações interlocutivas à distância, não são apreendidas pelo alocutário. É por isso que, nestes discursos, o locutor utiliza determinadas expressões verbais a que damos o nome de unidades ou expressões díticas.

As expressões díticas referem as instâncias da pessoa, do lugar e do tempo da enunciação. Têm a característica de não possuírem uma referência invariável, mas de se referirem sempre a realidades diferentes de cada vez que são enunciadas.

O quadro enunciativo é um dos aspectos fundamentais do discurso, pelo facto de intervir na constituição das suas fronteiras do sentido e da sociabilidade. Um quadro enunciativo é formado por todo um conjunto de evidências pressupostas que permitem aos interlocutores compreender o sentido dos enunciados que trocam entre si, no decurso de um processo interlocutivo.

Estas evidências asseguram funções análogas às que desempenham a moldura em relação à tela do pintor, o palco em relação à representação teatral, o ecrã em relação à película cinematográfica ou a capa em relação ao livro. Delimitam as fronteiras do mundo do sentido. São uma espécie de fundo sobre o qual as unidades verbais que integram os enunciados adquirem sentido, formando por isso uma fronteira delimitadora do mundo representado pelo discurso.

Embora seja possível dizer tudo em todas as circunstâncias, nem tudo tem sentido dentro de um determinado quadro enunciativo. Um quadro enunciativo corresponde ao que Michel Foucault designou por formação discursiva e o conjunto dos enunciados possíveis dentro de uma formação discursiva corresponde ao que ele designou por arquivó.⁴

De facto, frases que têm sentido dentro de um determinado quadro enunciativo deixam de o ter fora desse quadro, apesar de eventualmente se tratar de frases bem formadas do ponto de vista das regras da gramática. Retomemos o enunciado: «As paredes do meu quarto são brancas». É possível imaginar os quadros enunciativos em que

este enunciado tem sentido. Podemos imaginar, por exemplo, uma conversa acerca das cores que utilizei para pintar as paredes da minha casa ou a resposta a uma pergunta do meu interlocutor acerca das cores das paredes do meu quarto. Mas imaginemos que um professor de matemática pronuncia esta frase no contexto de uma demonstração do teorema de Pitágoras. É difícil, neste caso, imaginar um sentido plausível para a enunciação da frase referida.

12 Apesar de por quadro enunciativo se entender aquilo que é habitualmente designado por situação enunciativa ou por contexto da enunciação, esta expressão tem a vantagem de pôr em relevo a sua função de delimitação de uma fronteira ou de um mundo, acentuando desse modo a natureza topológica e dinâmica do sentido. É por isso também que, em vez de sublinharmos a natureza estática do sentido, dizendo que um enunciado *tem* determinado sentido, preferimos sublinhar a sua natureza dinâmica, dizendo que um enunciado *vai* num determinado sentido. Deste modo, podemos falar, à semelhança do que se passa com a expressão “sentido de trânsito”, de sentidos obrigatórios, possíveis ou interditos. Uma formação discursiva, do ponto de vista de Michel Foucault, será portanto definida pelo arquivo de todos os enunciados obrigatórios e possíveis, num determinado estádio de constituição de um campo discursivo.

É esta noção de quadro enunciativo que permite nomeadamente falar de um *horizonte de expectativas* ou de previsibilidade relativa a propósito dos discursos de um determinado locutor. De facto, todo o locutor fala a partir de um determinado lugar que confere plausibilidade a um conjunto de enunciados. O *senso comum* é o efeito desta subordinação à regra da previsibilidade e a violação desta regra está na origem daquilo a que podemos dar o nome de *non-sens*.

É impossível enumerar exhaustivamente todas as componentes de um quadro enunciativo. As mais óbvias são a identificação do locutor e do alocutário, do lugar e do momento em que ocorre a enunciação, assim como a averiguação das razões que levam o locutor a produzir determinado enunciado e a dirigi-lo ao alocutário no momento e no lugar em que o produz. Nem todas as componentes de um quadro enunciativo são apreendidas no momento em que uma relação interlocutiva ocorre, escapando neste caso à percepção imediata dos interlocutores. Algumas destas componentes, embora não sejam imediatamente apreendidas, podem vir a ser apreendidas posteriormente e a revelar-se importantes. Esta redescoberta dá assim origem a diversas reinterpretações ou releituras do discurso.

Habitualmente, um quadro enunciativo é obviamente manifesto para os interlocutores e não precisa por isso de ser verbalizado explicitamente para existir e desempenhar a sua função na constituição do sentido. Em muitos discursos presenciais, que se desenrolam face a face, locutor e alocutário dão-se obviamente conta da fronteira constitutiva do sentido daquilo que dizem. Há, no entanto, circunstâncias em que o locutor pode ser obrigado a verbalizar explicitamente uma ou mais componentes do quadro enunciativo. Nos discursos à distância, em que o locutor e o alocutário não se encontram no mesmo espaço físico, como por exemplo numa interação telefónica, o locutor precisa de explicitamente referir a sua identidade e identificar o lugar de onde fala («Sou o Ricardo. Estou a falar de Lisboa...»). Nos discursos em que a relação interlocutiva não se estabelece no mesmo momento, como por exemplo no caso do discurso epistolar, é necessário, pelo menos, colocar a data e assinar. Nalgumas circunstâncias, o locutor pode ser levado a enfatizar uma ou mais componentes do quadro enunciativo, embora essas componentes já sejam óbvias independentemente dessa explicitação («Sou eu que te peço para seres pontual», «É agora que te estou a pedir para me passares o sal»).

13

Sempre que o locutor, por qualquer destas razões, julga necessário explicitar uma ou mais componentes do quadro enunciativo, tem à sua disposição determinadas expressões verbais. Damos a estas expressões o nome de unidades díticas. As mais importantes são os pronomes pessoais, os pronomes demonstrativos, as conjunções temporais. Mas existem outras expressões verbais que podem ser utilizadas para referenciar o quadro enunciativo, adquirindo deste modo uma função dítica.

A principal característica das unidades díticas é não possuírem uma referência invariável, mas de adquirirem uma referência sempre diferente de cada vez que são utilizadas. Usadas diticamente, as unidades verbais «eu», «tu», «aqui», «agora» referem-se respectivamente ao locutor, ao alocutário, ao lugar em que o locutor se encontra e ao momento em que o locutor fala, adquirindo por conseguinte sempre uma nova referência de cada vez que são enunciadas.

O jogo dos pronomes pessoais é habitualmente utilizado para referenciar os locutores que intervêm na relação interlocutiva. A primeira pessoa do singular do pronome pessoal é usada diticamente pelo locutor para se referir a si próprio, ao passo que a segunda pessoa do singular ou uma unidade equivalente (*você, o senhor*) é utilizada diticamente pelo locutor para se referir ao alocutário. Deste modo, ao

tomar a palavra, o locutor institui-se a si próprio como *eu*, mas ao mesmo tempo institui o seu interlocutor como *tu*.

Estas duas componentes do quadro enunciativo têm duas características específicas fundamentais: a reciprocidade e a transitividade. A reciprocidade consiste no facto de *eu* ser para o alocutário um *tu*, ao passo que o *tu* é para si próprio um eu, sendo identificado como *ele* ou *ela* tudo aquilo a que *eu* e *tu* se referem em comum. Nesta reciprocidade, desdobra-se todo o leque das manifestações da sociabilidade, caracterizadas pelo reconhecimento recíproco da qualidade de parceiro de interlocução e de interacção na constituição de um mundo comum. Por seu lado, a transitividade consiste no facto de o locutor só poder falar com alguém que possa também por seu turno tomar a palavra. É a transitividade das pessoas interlocutivas que torna possível a forma dialogal do discurso.

14 A este propósito, devemos introduzir a distinção entre discurso dialogal e discurso dialógico. O discurso é dialogal sempre que os interlocutores alternam entre si a tomada de palavra, enquanto o discurso é dialógico, independentemente de os interlocutores alternarem ou não alternarem a toma da de palavra, sempre que o enunciado de um locutor responder ao discurso de um outro locutor, quer esse locutor esteja presente quer esteja ausente da relação interlocutiva actual. Os casos mais evidentes de discurso dialógico são a citação directa ou indirecta e a ironia. Nestes casos, o locutor assume o discurso de um outro locutor, quer o faça para o tomar como seu quer para se demarcar dele. Tomemos o enunciado «Que lindo dia para sairmos!», dito num dia obviamente péssimo. Neste caso, o locutor refere o enunciado de um outro locutor virtual, em relação ao qual se demarca, produzindo aquilo a que se chama efeito irónico de sentido.

Mas a abordagem dos quadros enunciativos não são os únicos dispositivos delimitadores das fronteiras do sentido do discurso. Existem ainda os dispositivos intradiscursivos responsáveis pelo relacionamento das diferentes expressões verbais que integram o enunciado entre si. Estes dispositivos intradiscursivos correspondem àquilo que também se designa por componentes cotextuais. Tomemos os seguintes exemplos:

«Vi ontem o Rafael. Já não *o* via há dez anos.»

«O detective seguia-*o* por todo o lado, reparou o suspeito quando se voltou.»

No primeiro enunciado, a unidade *o*, em itálico, refere-se a «o Rafael» presente na frase precedente, ao passo que, no segundo enun-

ciado, a unidade *o*, em itálico, refere-se ao «o suspeito» que aparece na segunda frase. Trata-se de unidades verbais que se referem a outras unidades verbais presentes no discurso. À unidade do primeiro exemplo, que se refere a uma outra unidade que a precede, damos o nome de unidade anafórica. À unidade do segundo exemplo, que se refere a uma outra unidade que aparece numa frase subsequente, damos o nome de unidade catafórica.

As unidades anafóricas e catafóricas desempenham importantes funções de homogeneização do sentido e de estruturação do discurso. São nomeadamente responsáveis pelos efeitos de *suspense* e mostram que a memória desempenha um papel importante na percepção do sentido.

2.2. Abordagem dos actos ilocutórios⁵

A característica fundamental dos enunciados que realizam acções é o facto de não ter sentido averiguar se são verdadeiros ou falsos, mas se produzem os efeitos que os locutores pretendem obter ao enunciá-los, se são bem ou mal sucedidos. Assim, por exemplo, não tem sentido perguntar se o enunciado «Prometo dar-te um presente nos teus anos» é verdadeiro ou falso, mas se, ao dizê-lo, o locutor faz efectivamente a promessa de dar um presente ao alocutário no dia dos seus anos, isto é se prometeu efectivamente.

Para que de um enunciado resulte efectivamente a acção pretendida pelo locutor, é preciso que esse enunciado obedeça a determinadas condições. É preciso, entre outras coisas, que o locutor esteja em condições de fazer ou tenha a competência para fazer aquilo que o enunciado diz, que o diga com a intenção de fazer aquilo que diz, que o alocutário seja a pessoa certa para ser o depositário do enunciado da acção pretendida.

Os enunciados são actos institucionais, na medida em que, por um lado, pressupõem que o locutor é competente para realizar a acção que enunciado diz, mas, por outro lado, conferem essa competência ao locutor pelo facto de o interlocutor reconhecer essa competência, comportando-se de acordo com aquilo que o locutor pretende fazer ao enunciá-los. A eficácia do discurso não se fundamenta em nenhuma propriedade intrínseca das unidades verbais, mas numa espécie de contrato institucional que os interlocutores estabelecem entre si de maneira implícita, tal como a aliança entre as tribos trobriandesas resulta, não de qualquer propriedade intrínseca dos bens trocados, mas da sua conformação às regras do potlatch.

2.3. Abordagem dos processos inferenciais⁶

Uma mesma frase pode dar origem a enunciados com sentidos diferentes. Assim, por exemplo, ao dizer «Está muito calor» o locutor tanto pode querer informar de que a temperatura da sala onde se encontra está elevada como pode pretender pedir ao alocutário para abrir a janela. Apesar de a significação da frase se manter a mesma, o seu sentido poderá variar em função da variação de todo um conjunto de factores que intervêm na relação interlocutiva. Acerca do exemplo referido, suponhamos que as janelas da sala em que os interlocutores se encontram estão fechadas e que o alocutário está mais próximo da janela do que o locutor. Neste caso, provavelmente este enunciado será entendido como um pedido para o alocutário abrir a janela e não uma simples informação acerca da temperatura da sala.

Observemos o seguinte diálogo:

A: - Qual é a última coisa que uma senhora tira antes de se deitar?

B: - !?

A: - Os pés do chão.

16

Neste exemplo, dois sentidos do verbo *tirar* entram em concorrência: o sentido esperado que pressupõe a expressão implícita *tirar (a roupa)*, que B procura identificar e formular na sua resposta, e o sentido óbvio mas inesperado que pressupõe a expressão implícita *tirar (o corpo do chão)*. É do choque entre estes dois sentidos divergentes que emerge o sentido humorístico da adivinha.

É este mesmo mecanismo que funciona também no seguinte diálogo:

A: - Como é que uma pessoa sai de um rio?

B: - Nadando.

A: - Não. Molhado

Tal como no exemplo precedente, o sentido humorístico deste diálogo é produzido pelo contraste entre dois pressupostos do enunciado da pergunta de A, um instrumental (*quais os meios que alguém tem ao seu dispor para sair de um rio*), que B toma como o sentido esperado pelo locutor, e o outro aspectual (*com que aspecto sai alguém de um rio*), óbvio mas inesperado.

Vejamos agora o seguinte título de um jornal: «Clinton nas mãos do Senado».

Para podermos interpretar este enunciado, temos de ter presente todo um conjunto de informações implícitas. Teremos de saber, entre

outras coisas, que Clinton é o nome próprio do actual Presidente dos Estados Unidos da América, que o actual Presidente dos E.U.A. é acusado de comportamentos que podem levar o Senado a votar a sua destituição do cargo que actualmente ocupa, que o Senado é a Câmara Alta do poder legislativo americano, detentora do poder constitucional para julgar o processo de destituição dos Presidentes americanos. Se este enunciado fosse lido por alguém que não estivesse ao corrente de todo este conjunto de informações, a expressão *nas mãos de* teria um sentido completamente diferente.

Estes exemplos mostram que, para a determinação do sentido de um enunciado, os interlocutores procedem a um trabalho cognitivo de inferência a partir de determinados pressupostos que funcionam como hipóteses interpretativas. A mudança dos pressupostos a partir dos quais os interlocutores inferem as hipóteses interpretativas dos discursos que trocam entre si provoca a mudança do seu sentido.

Podemos por isso dizer que, ao contrário da significação das unidades verbais, que permanece inalterada, o sentido muda em função dos pressupostos de que partem os interlocutores para a sua interpretação.

17

Para a realização deste trabalho inferencial, cada um dos interlocutores tem ao seu dispor um conjunto de saberes próprios, que constituem uma espécie de *enciclopédia individual* e que definem a sua experiência pessoal do mundo, delimitando a esfera daquilo a que podemos dar o nome de ipseidade. Assim, por exemplo, no caso de ter tomado sozinho o café da manhã, só eu sei qual foi a ementa da minha refeição. Se eu estiver a recordar mentalmente um episódio por mim vivido há dez anos em Milão, só eu sei que são esses pensamentos que me ocupam neste momento.

É evidente que não é a partir destes saberes próprios que integram a enciclopédia individual que os interlocutores formulam as hipóteses interpretativas de um enunciado. Eu não posso partir daquilo que só eu sei para interpretar aquilo que alguém me diz. Para fazer intervir um determinado saber na interpretação daquilo que um locutor me diz, tenho de pressupor que esse locutor também partilha comigo esse saber. Para a interpretação de um enunciado, os interlocutores têm, por conseguinte, de pressupor a existência de um conjunto de saberes, distintos dos saberes individuais, que formam uma *enciclopédia comum*.

Nem todos os saberes que fazem parte da enciclopédia comum permitem, no entanto, formular hipóteses interpretativas dos enuncia-

dos trocados pelos interlocutores. É que cada um dos locutores pode ter à sua disposição um determinado saber que o alocutário também possui, mas não saber que o alocutário o sabe nem saber que ele sabe que o locutor o sabe. Nestes casos, dificilmente podem partir desse saber para a formulação de hipóteses interpretativas dos enunciados que trocam entre si. É por isso que, para a formulação de hipóteses interpretativas acerca daquilo que dizem, os interlocutores têm que pressupor a existência de saberes comuns que são mutuamente partilhados, formando assim a *enciclopédia dos saberes mutuamente partilhados*.

Podemos por isso dizer que só uma parte da enciclopédia cognitiva individual de cada um dos interlocutores e da enciclopédia dos saberes que os interlocutores possuem em comum é susceptível de oferecer hipóteses interpretativas válidas. Estes saberes mutuamente partilhados são por isso consituídos pelo conjunto formado pela intersecção dos conjuntos das enciclopédias cognitivas individuais de cada um dos interlocutores e da enciclopédia dos saberes comuns.

18 As enciclopédias cognitivas individuais, comum e mútua equivaleram àquilo a que podemos dar o nome de experiência dos interlocutores. O seu estudo sistemático pressupõe por isso uma teoria comunicacional da experiência.⁷

A experiência compreende o conjunto das sensações, das percepções, das ideias, dos acontecimentos, das acções e dos argumentos que definem as fronteiras tanto o mundo natural como o mundo das relações culturais.

Nem todos os saberes comuns e mutuamente manifestos têm, no entanto, igual relevância para a interpretação de um enunciado. Alguns são nitidamente irrelevantes. Suponhamos que, enquanto falam, dois interlocutores ouvem o ruído de um carro. A percepção deste fenómeno faz parte dos saberes comuns e mutuamente manifestos. E, no entanto, é pouco provável que se trate de um saber relevante para a interpretação do enunciado do locutor «Fui ontem despedido do emprego». Já o facto de ambos os interlocutores saberem que a empresa em que o locutor trabalha adoptou um plano de redução de pessoal ou que o locutor está envolvido num conflito com a entidade patronal da sua empresa constituem saberes eminentemente relevantes para a compreensão do referido enunciado.

Os saberes mutuamente manifestos podem portanto ser mais ou menos relevantes e dar por isso origem a diversas hipóteses interpretativas que, ora entram em concorrência entre si e se anulam,

ora se complementam e enriquecem a interpretação de um enunciado.⁸

3. Conclusão

Habitualmente os estudos que abordam a natureza social do discurso limitam-se a verificar as regularidades lexicais e sintáticas dos discursos de um determinado grupo social. Com este texto, procurámos mostrar que o discurso obedece à mesma lógica que preside à sociabilidade. Quer tomemos em consideração a prática enunciativa quer encaremos o encadeamento de enunciados, a prática discursiva pressupõe um entendimento prévio entre interlocutores acerca de um mundo, como condição indispensável à constituição do sentido.

Bibliografia

- AUSTIN, John Langshaw - *How to Do Things with Words*, Oxford Univ. Press, 1961. Trad. franc.: *Quand Dire c'est Faire*, Paris, ed. de Minuit, 1970. Tad. port.: *Como Dizer coisas com Palavras*, Porto Alegre, ed. Hucitec.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov) - *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo, ed. Hucitec, 1992
- BENVENISTE, Emile - *Problèmes de Linguistique Générale*, 2 vol., col. Tel, Paris, ed. Gallimard, 1985.
- BOURDIEU, Pierre - *Ce que parler veut Dire. L'Economie des Echanges Linguistiques*, Paris, ed. Fayard, 1982.
- DAVIS, Stephen (ed.) - *Pragmatics. A Reader*, Oxford Univ. Press, 1991.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix - *Capitalisme et Schizophrénie. Mille Plateaux*, Paris, ed. de Minuit, 1980.
- DOSSE, François - *Histoire du Structuralisme*. vol. I *Le Camp du Signe*, 1945-1966, Paris, ed. de la Découverte, 1991 e vol. II *Le Cant du Cygne*, 1967 à nos jours, Paris, ed. de la Découverte, 1992.
- DUCROT, Oswald - *Dire et ne pas Dire. Principes de Sémantique Linguistique*, Paris, ed. Hermann, 1991, 3^a. ed.
- DUCROT, Oswald et al. - *Les Mots du Discours*, Paris, ed. de Minuit, 1980.

- DUCROT, Oswald - *Les Echelles Argumentatives*, Paris, ed. de Minuit, 1980.
- FERRY, Jean-Marc - *Les Puissances de l'Expérience. Vol. I Le Sujet et le Verbe*, vol. 2. *Les Ordres de la Reconnaissance*, Paris, ed. du Cerf, 1991.
- FONTANIER, Pierre - *Les Figures du Discours*, col. Champs, Paris, ed. Flammarion, 1977.
- FOUCAULT. Michel - *Les Mots et les Choses*, Paris, ed. Gallimard, 1966.
- FOUCAULT. Michel - *L'Archéologie du Savoir*, Paris, ed. Gallimard, 1969.
- FOUCAULT. Michel - *Surveiller et punir*, Paris, ed. Gallimard, 1975.
- FOUCAULT. Michel - *L'Ordre du Discours*, Paris, ed. Gallimard,
- GADAMER, Hans-Georg - *Verdad y Método. Fundamentos de una Hermenéutica Filosófica*, Salamanca, ed. Sígueme, 1988.
- 20 GRICE, H. Paul - *Logic and Conversation*, in *Studies in the Way of Words*, Harvard Univ. Press, 1975.
- HJELMSLEV, Louis - *Prolégomènes à une Théorie du Langage, suivi de La Structure Fondamentale du Langage*, Paris, ed. de Minuit, 1971 (or. dinamarqueza de 1966).
- JAKOBSON, Roman - *Seis Lições sobre o Som e o Sentido*, Lisboa, Moraes ed., 1977.
- JAKOBSON, Roman - *Essais de Linguistique Générale*, 2 vol., Paris, ed. de Minuit, 1973.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine - *L'Énonciation*, Paris, ed. Armand Colin, 1980 e 1997.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine - *Les Interactions Verbales*, 3 volumes, Paris, ed. Armand Colin, 1992, 1994 e 1995.
- LEVINSON, Stephen C. - *Pragmatics*, Cambridge Univ. Press, 1983.
- MANGUENEAU, Dominique - *Análise do Discurso*, Campinas, ed. Unicamp, 1989.
- MARTINS, Eleni J. - *Enunciação e Diálogo*, Campinas, ed. Unicamp, 1990.
- PARRET, Herman - *Enunciação e Pragmática*, Campinas, ed. Unicamp, 1988.

- PARRET, Herman (ed.) - *Le Sens et ses Hétérogénéités*, Paris, ed. du CNRS, 1991.
- RICOEUR, Paul - *Du Texte à l'Action, Essais d'Herméneutique*, II, Paris, ed. du Seuil, 1986.
- RICOEUR, Paul - *O Discurso da Acção*, Lisboa, ed. 70, 1988.
- RODRIGUES, Adriano Duarte - *Estratégias da Comunicação. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*, Lisboa, ed. Presença, 1989.
- RODRIGUES, Adriano Duarte - *Introdução à Semiótica*, Lisboa, ed. Presença, 1991.
- RODRIGUES, Adriano Duarte - *Comunicação e Cultura. A Experiência Cultural na Era da Informação*, Lisboa, ed. Presença, 1994.
- RODRIGUES, Adriano Duarte Rodrigues - *As Dimensões da Pragmática na Comunicação*, Rio de Janeiro, ed. Diadorim, 1995.
- SAUSSURE, Ferdinand de - *Curso de Linguística Geral*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1978, 4ª. ed.
- SCHOLES, Robert - *Protocolos de Leitura*, Lisboa, ed. 70, 1991.
- SPERBER, Dan e WILSON, Deirdre - *La Pertinence. Communication et Cognition*, Paris, ed. de Minuit, 1989. Versão inglesa: *The Relevance*, 1986.
- TODOROV, Tzvetan (org.) - *Teoria da Literatura, I e II.*, Lisboa, ed. 70, 1965.
- TODOROV, Tzvetan - *Os Géneros do Discurso*, Lisboa, ed. 70, 1981.

21

Notas

- 1 Cfr. Marcel Mauss, Ensaio sobre a Dádiva, in *Sociologia e Antropologia*, Lisboa, ed. Presença.
- 2 Acerca dos quadros enunciativos, ver sobretudo Emile Benveniste, *Essais de Linguistique Générale*, Paris, ed. du Seuil, 2 volumes, 1966 e 1974; Catherine Kerbrat-Orecchioni, *L'Enonciation*, Paris, ed. Armand Colin, 1997, 3ª. Ed.; François Récanati, *La Transparence et l'Enonciation*, Paris, ed. de Minuit, 1979.
- 3 Do latim *in-stare* (estar em), uma instância é aquilo que está subjacente em todo o enunciado, não sendo redutível a nenhuma das suas componentes verbais.
- 4 Ver nomeadamente Michel Foucault, *L'Archéologie du Savoir*, Paris, ed. Gallimard, 1969, páginas 44-54 e 166-173.

- 5 Acerca dos actos de linguagem ver sobretudo John L. Austin, *How to Do Things with Words*, Oxford, 1962; John R. Searle, *Speech Acts*, Cambridge, 1969.
- 6 Sobre os processos inferenciais, ver sobretudo H. Paul Grice, *Logic and Conversation*, in *Studies in the Way of Words*, Harvard Univ. Press, 1975; Dan Sperber e Deirdre Wilson, *La Pertinence*, Paris, ed. de Minuit.
- 7 Para uma abordagem de uma teoria comunicacional da experiência ver nomeadamente Irving Gofman, *Les Cadres de l'Expérience*, Paris, ed. de Minuit, 1991 (or.: *Frame Analysis. An Essay of the Organization of Experience*, 1974); Jürgen Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel*, Paris, ed. Fayard, 1987, em especial, no primeiro volume, a Introdução, páginas 17 a 157; Jean-Luc Ferry, *Les Puissances de l'Expérience*, 2 vol., Paris, ed. du Cerf, 1991.
- 8 Acerca da multiplicidade de sentidos do discurso e da composição entre os diferentes saberes mutuamente manifestos ver em particular Herman Parret (org.), *Le Sens et ses Hétérogénéités*, Paris, ed. do CNRS, 1991.